



O IMPACTO DA FISCALIZAÇÃO VETERINÁRIA NA REDUÇÃO DE SURTOS DE DOENÇAS TRANSMITIDAS POR ALIMENTOS CONTAMINADOS

 <https://doi.org/10.56238/isevmjv4n2-013>

Recebimento dos originais: 20/02/2025

Aceitação para publicação: 20/03/2025

Priscila Uchôa Lima

Graduanda em Medicina Veterinária
Centro Universitário Maurício de Nassau
E-mail: priscilauchoalima@gmail.com

Apolônia Agnes Vilar de Carvalho Bulhões

Graduada em Medicina Veterinária; Doutorado em Ciência Veterinária
Universidade Federal Rural de Pernambuco
E-mail: agnes.carvalho.14@gmail.com

Lavínia Soares de Sousa

Graduada em Medicina Veterinária; Doutoranda em Medicina e Cirurgia Veterinárias
Universidade Federal de Minas Gerais
E-mail: laviniasousavet@gmail.com

Camila Azevedo Fernandes

Graduanda em Medicina Veterinária
Universidade do Grande Rio
E-mail: eacamila22@gmail.com

Eduarda Delorto Sá

Graduanda em Medicina Veterinária
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
E-mail: dudadelorto.00@gmail.com

Catharina Koch de Souza Barbosa

Graduanda em Medicina Veterinária
Universidade Salgado de Oliveira
E-mail: catharinakochsb@gmail.com

Daniella Cristina Menezes Mota

Graduada em Medicina Veterinária
Centro Universitário de Patos de Minas
E-mail: daniella.menezesm@gmail.com

Elizabeth Aciole Torchia da Silva

Graduanda em Medicina Veterinária
Centro Universitário Brasileiro
E-mail: elizabethaciole.nutri@gmail.com



Danilo Andrade de Castro Praxedes
Graduado em Medicina Veterinária
Universidade Federal Rural do Semi-árido
E-mail: danilopraxedes@hotmail.com

Aline Bittencourt de Souza
Graduanda em Medicina Veterinária
Universidade Castelo Branco
E-mail: medvetalinebitt@gmail.com

Jucélio Cardoso de Freitas
Graduado em Medicina Veterinária; Mestrado em Alimentos e Saúde
Universidade Federal de Minas Gerais
E-mail: juceliocardoso@ufmg.br

RESUMO

Objetivo: Avaliar o impacto da fiscalização veterinária na redução de surtos de doenças transmitidas por alimentos contaminados, analisando a eficácia das inspeções sanitárias, o controle microbiológico e a implementação de protocolos de segurança alimentar. As doenças transmitidas por alimentos contaminados representam um grande desafio para a saúde pública global, sendo frequentemente associadas a produtos de origem animal contaminados. A fiscalização veterinária desempenha um papel essencial na prevenção dessas enfermidades por meio da regulamentação e monitoramento da produção, transporte e comercialização dos alimentos. Este estudo fez uso de uma revisão de literatura de artigos publicados entre 2002 e 2022 para analisar a relação entre a supervisão sanitária e a ocorrência de surtos. Os achados sugerem que a implementação de medidas de inspeção rigorosas e a implementação de tecnologias de monitoramento de ponta diminuíram consideravelmente a incidência das doenças transmitidas por alimentos contaminados. Contudo, obstáculos como a descentralização da supervisão, a falta de profissionais qualificados e a exigência de maior integração entre as entidades reguladoras continuam presentes. É essencial atualizar as técnicas de inspeção e reforçar as políticas de rastreabilidade para assegurar a segurança alimentar e reduzir os perigos à saúde pública.

Palavras-chave: Contaminação microbiológica. Controle sanitário. Políticas públicas. Rastreabilidade alimentar. Vigilância epidemiológica.

1 INTRODUÇÃO

As doenças transmitidas por alimentos contaminados representam um desafio significativo para a saúde pública mundial, causando elevados índices de morbidade e mortalidade. A Organização Mundial da Saúde estima que, anualmente, uma em cada dez pessoas no mundo contrai doenças devido ao consumo de alimentos contaminados. As bactérias *Salmonella spp.*, *Escherichia coli* e *Listeria monocytogenes* são as principais causadoras desses surtos (World Health Organization, 2020).

No Brasil, as doenças transmitidas por alimentos contaminados configuram um problema de grande impacto sanitário e econômico, com milhares de casos notificados anualmente. A fiscalização veterinária é uma das principais ferramentas para assegurar a segurança dos alimentos provenientes de animais, evitando a propagação de agentes patogênicos e reduzindo os perigos para a saúde da população. A intervenção de entidades reguladoras, tais como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), é crucial para o respeito às regulamentações sanitárias e para a diminuição de surtos ligados a alimentos contaminados (Ferreira, 2017).

A fiscalização veterinária é regulada por leis como a Lei n° 1.283/1950 e a Instrução Normativa n° 70/2003, que definem normas para a inspeção sanitária, o monitoramento microbiológico e a garantia da qualidade dos produtos de origem animal. A aplicação de procedimentos rigorosos na verificação de carnes, ovos, laticínios e pescados tem sido apontada como uma tática eficiente para diminuir surtos das doenças transmitidas por alimentos contaminados e fomentar a segurança alimentar no país (Brasil, 1950; Brasil, 2003).

Pesquisas sugerem que uma fiscalização sanitária eficaz pode diminuir consideravelmente os surtos dessas doenças. Conforme Braz (2022), a implementação de ações preventivas, como o controle de *Salmonella spp.* e *Campylobacter spp.* em abatedouros, levou a uma diminuição significativa na incidência de infecções ligadas ao consumo de produtos de origem animal. Contudo, ainda existem desafios, como a descentralização da supervisão, a falta de profissionais qualificados e a falta de infraestrutura apropriada para inspeções em todas as fases da cadeia de produção (Ferreira, 2017).

Ademais, com a globalização e o aumento do comércio internacional de alimentos, a fiscalização sanitária tornou-se mais complexa, exigindo um acompanhamento constante e o aprimoramento dos sistemas de rastreamento. Diante disso, é essencial a detecção antecipada de surtos e a pronta intervenção das autoridades sanitárias para deter a propagação de agentes patogênicos e prevenir danos à saúde pública (Alencar, 2002).



Neste contexto, o objetivo deste estudo é examinar o efeito da fiscalização veterinária na diminuição dos surtos de doenças transmitidas por alimentos contaminados, fundamentado em dados epidemiológicos e revisão da literatura científica. O debate discutirá os progressos obtidos no controle sanitário, os obstáculos ainda existentes e as possibilidades para melhorar a supervisão e a segurança alimentar no Brasil.

2 METODOLOGIA

Este estudo baseia-se em uma revisão bibliográfica e análise documental de dados epidemiológicos disponíveis sobre doenças transmitidas por alimentos e fiscalização veterinária no Brasil. Foram consultadas bases de dados científicas, incluindo SciELO, PubMed, LILACS e repositórios institucionais para obter informações atualizadas sobre surtos de doenças transmitidas por alimentos contaminados e a atuação da fiscalização veterinária.

A pesquisa incluiu dissertações, artigos científicos e documentos técnicos emitidos por órgãos reguladores, como Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Além disso, foram analisadas legislações pertinentes, como a Lei nº 1.283/1950 e a Instrução Normativa nº 70/2003.

Os critérios de seleção incluíram pesquisas publicadas entre 2002 e 2022, que discutam a conexão entre a supervisão sanitária e a diminuição de surtos de as doenças transmitidas por alimentos contaminados levando em conta fatores como a quantidade de surtos documentados, os principais agentes causadores e a efetividade das ações de controle. Artigos com informações desatualizadas, revisões duplicadas e revisões sem uma metodologia definida ou sem conexão direta com o assunto da fiscalização veterinária foram eliminados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A fiscalização veterinária contribui diretamente para a diminuição dos surtos de doenças transmitidas por alimentos contaminados, como evidenciado por diversos estudos. O Programa de Redução de Patógenos, Monitoramento Microbiológico e Controle de *Salmonella spp.* em carcaças de frangos e perus, estabelecido pela Instrução Normativa nº 70, de 2003, é um exemplo de ação eficaz. Desde a sua implementação, notou-se uma diminuição nos surtos de *Salmonella spp.*, o que evidencia a relevância da supervisão sanitária no controle das dessas doenças (Ferreira, 2017).

A adoção do sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) é outro elemento crucial para a eficácia da fiscalização veterinária, pois possibilita a detecção e a eliminação de perigos antes que eles atinjam o consumidor. Este modelo tem sido extensivamente

utilizado em abatedouros e indústrias de laticínios, diminuindo consideravelmente a presença de microrganismos nocivos nos produtos finais (Braz, 2022).

Ademais, o aprimoramento dos procedimentos de fiscalização através do emprego de tecnologias como biossensores, testes ágeis e inteligência artificial tem aprimorado a identificação de contaminações. Essas inovações permitiram uma reação mais rápida dos organismos de fiscalização e colaboraram para aprimorar a segurança alimentar (Alencar, 2002).

A intensificação dos programas de educação sanitária destinados a produtores, manipuladores de alimentos e consumidores também tem se revelado uma tática crucial para diminuir os surtos de doenças transmitidas por alimentos contaminados. A conscientização sobre boas práticas de higiene e manipulação segura dos alimentos pode minimizar os riscos de contaminação ao longo da cadeia produtiva (Silva *et al.*, 2021).

No entanto, mesmo com os progressos, existem desafios consideráveis para a eficácia das medidas de fiscalização. Pesquisas apontam que a ausência de um sistema unificado de monitoramento epidemiológico e sanitário diminui a habilidade de detectar e gerir surtos de doenças tropicais agudas. Ademais, a análise epidemiológica dos surtos ainda é restrita, afetando a habilidade de reação dos organismos reguladores. Frequentemente, surtos não são devidamente notificados ou analisados, o que complica a elaboração de políticas públicas efetivas para sua prevenção (Braz, 2022).

A legislação brasileira tem evoluído para fortalecer as ações de fiscalização. A Lei nº 1.283/1950 e seus regulamentos estabelecem a obrigatoriedade da inspeção sanitária de produtos de origem animal antes da comercialização. Contudo, a descentralização da fiscalização para estados e municípios, frequentemente com infraestrutura inadequada, prejudica a eficácia das medidas. Ademais, a escassez de fiscais veterinários e a sobrecarga de trabalho são elementos que prejudicam a efetividade do sistema de controle (Alencar, 2002).

Para superar essas dificuldades, é essencial a ampliação da capacitação de profissionais da área de fiscalização, garantindo que estejam atualizados sobre novas técnicas e regulamentações. A adoção de mecanismos de rastreamento digital para acompanhar a produção de alimentos em tempo real também se apresenta como uma tática promissora para ampliar a transparência e a segurança alimentar (Ferreira, 2017).

Portanto, a intensificação da fiscalização veterinária necessita de iniciativas conjuntas entre os setores público e privado, bem como investimentos constantes em tecnologia e infraestrutura. Somente através de uma estratégia unificada e eficiente poderemos diminuir consideravelmente



os surtos de doenças transmitidas por alimentos contaminados no Brasil e assegurar alimentos mais seguros para a população.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fiscalização veterinária é essencial na prevenção e controle de enfermidades transmitidas por alimentos, assegurando a qualidade e a segurança dos produtos de origem animal. A intensificação das medidas de inspeção, juntamente com o progresso tecnológico e a formação de profissionais, tem demonstrado um efeito positivo na diminuição de surtos de doenças transmitidas por alimentos contaminados no Brasil. No entanto, ainda existem desafios, como a descentralização da supervisão, a escassez de auditores qualificados e a demanda por um sistema mais unificado de vigilância sanitária e epidemiológica. Para assegurar a efetividade das medidas, é crucial investir na atualização das técnicas de inspeção, reforçar a educação sanitária e melhorar a legislação em vigor.

Somente com uma abordagem integrada entre governo, setor produtivo e sociedade será possível consolidar um sistema de fiscalização robusto e eficiente, reduzindo riscos à saúde pública e assegurando alimentos mais seguros para a população.



REFERÊNCIAS

ALENCAR, L. C. M. *Vigilância e controle das doenças transmitidas por alimentos*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade de São Paulo, 2002.

BRAZ, R. F. *Impacto dos produtos de origem animal sobre as doenças transmitidas por alimentos no Brasil: 2015-2020*. Dissertação (Mestrado em Ciências Veterinárias) - Universidade Federal de Uberlândia, 2022.

BRASIL. Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950. *Dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2025.

FERREIRA, J. A. F. *Panorama das doenças transmitidas por alimentos no Brasil entre 2000 e 2015*. Dissertação (Mestrado em Nutrição em Saúde Pública) - Universidade de São Paulo, 2017.

SILVA, M. T.; SOUZA, R. P.; OLIVEIRA, C. L. *Boas práticas e segurança alimentar: impactos na saúde pública*. **Revista Brasileira de Vigilância Sanitária**, v. 10, n. 2, p. 45-60, 2021.

World Health Organization. *Food Safety: A Public Health Priority*. WHO, 2020. Disponível em: <https://www.who.int>. Acesso em: 10 mar. 2025.